

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA - IFRR

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JANDERTON SANTANA DOS SANTOS

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFRR – *CAMPUS* BOA VISTA ZONA OESTE

BOA VISTA – RR
2026

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFRR – *CAMPUS* BOA VISTA ZONA OESTE

Trabalho de Conclusão de Curso: Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Novo Paraíso – CNP.

Orientadora: Profa. Dra. Sâmmya Faria Adona Leite

BOA VISTA – RR
2026

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFRR – *CAMPUS* BOA VISTA ZONA OESTE

RESUMO:

A permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui um dos principais desafios da educação pública brasileira, evidenciando que a ampliação do acesso ao ensino não garante, por si só, a efetivação do direito à educação. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Administração, na forma subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), *Campus* Boa Vista Zona Oeste, evidenciando estratégias de permanência estudantil frente aos desafios da Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores que discutem a EPT, a permanência estudantil, a gestão escolar, a inclusão digital e a evasão escolar. Como procedimento metodológico, realizou-se a análise documental do PPC do curso, considerando categorias relacionadas à concepção institucional, objetivos do curso, assistência estudantil, apoio pedagógico, acompanhamento acadêmico e inclusão digital. Os resultados evidenciaram que o PPC contempla ações articuladas voltadas à permanência e ao êxito estudantil, por meio de políticas institucionais e integração entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, verificou-se alinhamento entre os referenciais teóricos e as estratégias previstas no documento institucional, demonstrando o compromisso do IFRR com a formação integral dos estudantes e com a construção de condições favoráveis à permanência e ao sucesso acadêmico. Conclui-se que o PPC analisado apresenta elementos que contribuem para a permanência estudantil na EPT, evidenciando a importância de políticas institucionais articuladas para o fortalecimento da formação profissional e humana.

Palavras-chave: Permanência estudantil. Educação Profissional e Tecnológica. Projeto Pedagógico de Curso. Assistência estudantil. Gestão escolar.

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 04

2 **DESENVOLVIMENTO** 06

2.1 Educação Profissional e Tecnológica e a Permanência Estudantil 06

2.2 Estratégias Institucionais: gestão escolar e apoio institucional 09

3 **METODOLOGIA** 11

4 **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS** 13

5 **CONCLUSÃO** 18

6 **PLANO DE AÇÃO** 19

6.1 Fundamentação do Plano de Intervenção 19

6. 2 Objetivo 20

6.3 Plano Operacional das Ações 21

6.4 Resultados Esperados 22

REFERÊNCIAS **23**

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha papel fundamental na formação de cidadãos e profissionais capazes de atuar de forma crítica e qualificada no mundo do trabalho. No Brasil, sua expansão foi fortalecida por políticas públicas voltadas à democratização do acesso à educação, especialmente com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 2008. Nesse contexto, os Institutos Federais assumiram a responsabilidade de promover uma formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural das diferentes regiões do país.

> Ainda que desenhar políticas ou estratégias de combate a esse fenômeno nas instituições de educação profissional e tecnológica seja uma tarefa complexa e de difícil execução, deve-se compreender que essa é uma ação que se mostra indispensável frente aos índices de evasão atualmente verificados (Monteiro; Serra, 2024, p. 41).

Entretanto, a ampliação do acesso à educação não garante, por si só, a permanência e o êxito dos estudantes. Diversos fatores sociais, econômicos, pedagógicos e institucionais podem influenciar a trajetória acadêmica dos discentes, favorecendo situações de retenção, abandono ou evasão escolar. Diante dessa realidade, a permanência estudantil tem se consolidado como uma das principais preocupações das instituições de ensino, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica, que atende um público marcado por diferentes necessidades e contextos sociais.

A permanência estudantil compreende o conjunto de condições necessárias para que os estudantes ingressem, permaneçam e concluam seus cursos com qualidade, envolvendo aspectos relacionados à assistência estudantil, ao acompanhamento pedagógico, à inclusão digital, ao apoio institucional e à construção de ambientes educacionais acolhedores e inclusivos.

> A permanência estudantil se refere às ações e políticas que visam garantir que os estudantes tenham condições para permanecerem e concluírem seus estudos, superando obstáculos socioeconômicos que podem comprometer sua trajetória acadêmica. É um conjunto de medidas multifatoriais que podem, se conhecidas, serem fomentadas com a criação de estratégias para atender as necessidades de cada estudante (Neves; Carneiro; Kohls-Santos,2023, p. 114).

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), tais preocupações encontram-se expressas em documentos institucionais que orientam as ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas nos cursos ofertados. Entre esses documentos, destaca-se o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), instrumento que organiza os princípios, objetivos, metodologias, estratégias de acompanhamento e políticas de apoio ao estudante, constituindo-se como elemento fundamental para a compreensão das ações voltadas à permanência estudantil.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar como o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, na forma subsequente ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), *Campus* Boa Vista Zona Oeste, evidencia estratégias de permanência estudantil frente aos desafios da Educação Profissional e Tecnológica. Buscando compreender de que forma as ações institucionais previstas no documento dialogam com as questões relacionadas ao apoio institucional, à assistência estudantil, ao acompanhamento acadêmico, à inclusão digital e ao enfrentamento da evasão escolar.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, realizada através de um levantamento de fonte online sobre a Educação Profissional e Tecnológica, permanência estudantil, gestão escolar, inclusão digital e evasão escolar. Posteriormente, procedeu-se à análise documental do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de ampliar as discussões sobre permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a compreensão das ações institucionais desenvolvidas no âmbito dos Institutos Federais e para o fortalecimento de políticas educacionais que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos com qualidade. Além disso, o estudo busca evidenciar a importância do Projeto Pedagógico de Curso como instrumento de planejamento e organização das ações voltadas à formação integral dos estudantes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Profissional e Tecnológica e a Permanência Estudantil

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil consolidou-se como um dos principais instrumentos de desenvolvimento econômico e social, ao articular formação humana e mundo do trabalho. A EPT não deve ser reduzida à mera capacitação técnica, mas compreendida como política pública capaz de promover inclusão social e desenvolvimento sustentável. Essa visão amplia o argumento de Martins (2024, p. 07), que destaca a inserção efetiva dos cidadãos em diferentes profissões como elemento central para fortalecer a relação entre educação e trabalho.

De acordo com Martins (2024, p. 05), a educação profissional contemporânea é essencial para formar indivíduos aptos a enfrentar os desafios de um mercado em constante transformação tecnológica e econômica. A formação integral, que valorize também aspectos éticos e sociais, é indispensável para que a qualificação profissional se traduza em crescimento organizacional e em cidadania plena.

O mercado de trabalho contemporâneo apresenta uma dinamicidade de elevada competitividade, exigindo trabalhadores com competências técnicas e capacidade de atualização permanente. Nesse contexto, a educação profissional surge como caminho estratégico para suprir a demanda por mão de obra qualificada, articulando formação educacional e necessidades produtivas. A educação profissional não é apenas desejável, mas indispensável para garantir inserção e permanência no mundo do trabalho, funcionando como ponte entre desenvolvimento econômico e formação cidadã.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui uma estratégia central para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, pois busca formar uma força de trabalho qualificada e capaz de atuar em setores estratégicos. Sua proposta vai além da simples preparação técnica: ela procura alinhar o desenvolvimento educacional às demandas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que promove inclusão social e democratiza oportunidades. Essa modalidade de ensino contribui para mitigar desigualdades regionais e socioeconômicas, oferecendo acesso a diferentes níveis de formação e ampliando as possibilidades de inserção profissional.

Ao articular educação e trabalho, a EPT fortalece a cidadania e garante que indivíduos estejam aptos a enfrentar os desafios de um mercado marcado pela competitividade e pela constante transformação tecnológica. A EPT é uma política pública abrangente que combina qualificação profissional, inclusão social e desenvolvimento econômico, consolidando-se como um dos pilares para a construção de um país mais justo e competitivo (Santos; Coutinho, 2024, p. 1001).

Os autores Santos e Coutinho (2024, p. 1001), destacam que nos últimos anos, a EPT ganhou espaço na agenda pública por meio da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), regulamentada pela Lei n.º14.645/2. Essa política visa ampliar a integração entre educação básica e cursos técnicos, bem como garantir uma formação alinhada às novas demandas do mercado, especialmente em setores tecnológicos e industriais. Abaixo, um quadro com o marco legal institucional histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Quadro 1- Evolução Histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Ano/Período	Marco Histórico-Legal	Principais Contribuições para a EPT
1909	Decreto nº 7.566/1909 – Criação das Escolas de Aprendizes e Artífices	Marco inicial da Educação Profissional federal no Brasil, voltada à formação de jovens das classes populares para o trabalho.
1942	Decreto-Lei nº 4.073/1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial) e criação do SENAI	Organização nacional do ensino industrial e fortalecimento da formação técnica para

Ano/Período	Marco Histórico-Legal	Principais Contribuições para a EPT
		atender ao processo de industrialização do país.
1961	Lei nº 4.024/1961 – Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Reconhecimento da equivalência entre ensino técnico e ensino secundário, possibilitando a continuidade dos estudos em nível superior.
1996	Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Inclusão da Educação Profissional na legislação educacional brasileira e fortalecimento da articulação entre educação e trabalho.
2004	Decreto nº 5.154/2004	Retomada da integração entre Ensino Médio e Educação Profissional, fortalecendo a formação integral dos estudantes.
2008	Lei nº 11.892/2008 – Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais	Ampliação da oferta da EPT por meio da expansão, interiorização e verticalização do ensino profissional e tecnológico em todo o país.
2012	Resolução CNE/CEB nº 6/2012	Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
2014	Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)	Estabelecimento de metas para expansão e fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica.
2017	Lei nº 13.415/2017 – Reforma do Ensino Médio	Instituição dos itinerários formativos, incluindo a Formação Técnica e Profissional como uma das possibilidades de percurso formativo.

Fonte: Elaboração do autor (2026), de acordo com os dados de Carvalho e Teixeira (2025, p. 04-05).

A Educação Profissional, conforme estabelecida no Capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/1996, representa um marco importante na estrutura educacional brasileira. Ao introduzir oficialmente a expressão “educação profissional”, a lei sinalizou uma nova concepção de ensino voltada para a formação integral, superando a visão restrita de mera preparação técnica. O Artigo 39 destaca que a educação profissional deve integrar diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao desenvolvimento contínuo de aptidões para a vida produtiva.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2008) reforça esse movimento, ampliando o acesso à educação técnica de qualidade em diferentes regiões do país. Ortigaria (2021, p. 22) observa que o resgate histórico da evolução da política para educação profissional revela características de sua oferta e organização, regidas por interesses específicos em cada momento histórico. Além da trama de interesses, a

consolidação da Rede Federal deve ser entendida como estratégia de democratização do acesso e de fortalecimento da cidadania.

A EPT diferencia-se por buscar uma formação integral do estudante, indo além da capacitação técnica e promovendo competências críticas e reflexivas. Grabowski (2014, p. 15) destaca que a educação profissional deve incorporar a dimensão da cidadania, por meio do trabalho não alienado, desenvolvendo a capacidade de planejamento e gestão do próprio fazer.

A formação cidadã é condição indispensável para que a qualificação profissional se traduza em inclusão social e desenvolvimento sustentável. Contudo, a permanência dos estudantes no sistema educacional tem sido uma preocupação crescente das políticas públicas. Embora o acesso tenha sido ampliado, garantir que os estudantes concluam seus estudos ainda é um desafio. Grabowski (2014, p. 17) afirma que a educação profissional não gera renda diretamente, mas constitui estratégia imprescindível de uma política pública de geração de trabalho, renda e inclusão social.

As políticas de permanência, voltadas à assistência estudantil, apoio pedagógico e inclusão digital, são fundamentais para minimizar os efeitos das desigualdades sociais. Grabowski (2014, p. 42) lembra que a educação profissional, por sua vinculação direta ao mundo do trabalho, constitui terreno de disputas entre capital e trabalho, o que evidencia a complexidade dos fatores que influenciam a trajetória acadêmica dos estudantes. Compreender a permanência exige reconhecer que o acesso, embora essencial, não garante por si só o êxito acadêmico. É necessário que as instituições organizem estratégias de apoio adequadas às diferentes realidades dos estudantes.

No âmbito da Rede Federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) exemplifica esse compromisso ao buscar democratizar o acesso à educação profissional no estado. O *Campus* Boa Vista Zona Oeste, criado para ampliar oportunidades educacionais na região, oferece cursos alinhados às demandas locais e regionais. Essa iniciativa evidencia o papel da EPT como espaço estratégico de formação cidadã e profissional, contribuindo para inclusão social e desenvolvimento regional.

A EPT é indispensável não apenas para qualificação técnica, mas para a construção de um projeto educacional que garanta permanência, cidadania e desenvolvimento sustentável, evidenciado a partir dos argumentos de Ortigaria (2021) e Grabowski (2014) com os marcos legais da LDB (1996) e da Rede Federal (2008).

2.2 Estratégias Institucionais: gestão escolar e apoio institucional

A gestão escolar torna-se determinante para compreender como as instituições podem construir ações integradas capazes de reduzir a evasão e fortalecer o êxito acadêmico. Santos et

al. (2025, p. 11) destacam que a administração escolar tem papel essencial na criação de estratégias que favoreçam a aquisição do conhecimento e a permanência dos alunos. Assim, a gestão deve ser entendida não apenas como prática administrativa, mas como processo estratégico voltado ao desenvolvimento integral dos estudantes, assumindo papel ativo na prevenção da evasão.

Um dos grandes desafios, conforme Grabowski (2014, p. 32), é a construção de uma proposta de gestão da educação profissional que envolva todos os segmentos sociais e supere a fragmentação existente. A gestão escolar precisa ser proativa, antecipando problemas e implementando políticas institucionais que garantam permanência e sucesso acadêmico. Santos et al. (2025, p. 11) reforçam que a gestão eficiente pode identificar sinais de evasão e propor ações preventivas, o que confirma a necessidade de acompanhamento contínuo dos estudantes.

Arroyo (2023, p. 17) amplia essa discussão ao compreender a gestão da educação como processo de humanização, reconhecendo a condição humana e a diversidade histórica dos sujeitos. Santos et al. (2025, p. 14) também afirmam que, se a escola é espaço de formação integral, cabe à gestão assumir papel estratégico na permanência estudantil. Entretanto, muitas instituições enfrentam dificuldades estruturais e sociais que comprometem a eficácia da gestão.

Nesse sentido, Yabe, Prado e Costa (2019, p. 131) defendem a importância do acompanhamento sistemático dos alunos com perfil propenso à evasão, antecipando ações efetivas que promovam permanência e sucesso. Faz-se necessário que esse acompanhamento seja institucionalizado nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), como ocorre no PPC Técnico em Administração, subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – *Campus* Boa Vista Zona Oeste, que orienta objetivos, perfil do egresso, matriz curricular e metodologias de ensino. Esse documento, além de assegurar qualidade acadêmica, prevê infraestrutura e apoio pedagógico, configurando-se como instrumento estratégico para reduzir a evasão.

> "[...] compreende-se a importância de a instituição continuar desenvolvendo e implementando o processo de acompanhamento sistemático dos alunos que apresentam um perfil propenso à evasão para que possa, então, antecipar-se com ações efetivas que promovam, para além do ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes nos cursos ofertados pela instituição" (Yabe; Prado; Costa, 2019, p. 131).

Contudo, Stockmann e Santos (2025, p. 1583) apontam que a desigualdade no acesso às tecnologias é um dos maiores obstáculos para a educação no Brasil. Essa exclusão digital compromete diretamente a permanência estudantil, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, onde o uso de recursos tecnológicos é indispensável. Os autores ainda reiteram que a desigualdade digital reflete disparidades sociais e econômicas, agravando as desigualdades educacionais. As políticas de inclusão digital devem ser tratadas como prioridade institucional, especialmente em regiões menos desenvolvidas.

A evasão escolar, como destacam Cunha e Lima Filho (2021, p. 61), envolve não apenas questões de presença em sala, mas fatores individuais e socioeconômicos que exigem investigação e políticas eficazes. Rios (2026, p. 12-13) reforça que vulnerabilidade social, conciliação entre trabalho e estudo e dificuldades financeiras são fatores centrais da evasão, que não deve ser vista como responsabilidade individual, mas como reflexo de desigualdades sociais.

Freitas e Machado (2024, p. 11) afirmam que a permanência escolar vai além da presença em sala, envolvendo suporte emocional e socioeconômico contínuo. Nessa perspectiva, a permanência estudantil deve ser tratada como prioridade institucional, exigindo ações integradas que contemplem diferentes dimensões do processo educativo.

Logo, a gestão escolar é elemento estratégico para garantir permanência e sucesso acadêmico na Educação Profissional e Tecnológica. A gestão deve ser proativa, humanizadora e integrada, capaz de enfrentar desigualdades sociais e digitais, assegurando que o acesso à educação pública se traduza em permanência e êxito acadêmico diante dos argumentos de Santos et al. (2025)**,** Grabowski (2014)**,** Arroyo (2023)**,** Yabe; Prado; Costa (2019)**,** Stockmann e Santos (2025)**,** Cunha e Lima Filho (2021)**,** Rios (2026) **e** Freitas; Machado (2024).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como foco analisar como o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, Subsequente ao Ensino Médio, do IFRR, *Campus* Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) evidencia estratégias de permanência estudantil.

A pesquisa buscou compreender de que forma as ações institucionais previstas no PPC dialogam com questões relacionadas à permanência estudantil, apoio institucional, inclusão digital e enfrentamento da evasão escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A pesquisa qualitativa permitiu analisar os fenômenos sociais de maneira mais aprofundada, valorizando a interpretação das informações e das relações existentes entre os sujeitos, as instituições e o contexto social em que estão inseridos.

Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, das crenças, dos valores e das relações humanas, permitindo compreender aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Assim, essa abordagem mostra-se adequada para o presente estudo, uma vez que a permanência estudantil envolve diferentes dimensões que ultrapassam aspectos puramente administrativos ou pedagógicos.

No que se refere à natureza da pesquisa, o estudo caracterizou-se como bibliográfico,

pois foi desenvolvido a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos oficiais relacionados ao tema investigado. Conforme destaca Antônio Carlos Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ampliar seu conhecimento sobre determinado objeto de estudo, estabelecendo diálogo com diferentes autores e perspectivas teóricas.

Nesse sentido, foram selecionadas obras que discutem a gestão escolar, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a permanência estudantil, a evasão escolar e a inclusão digital. A seleção dos materiais ocorreu ao longo do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do IFRR, ofertada pelo *Campus* Novo Paraíso, nos componentes curriculares Trabalho de Curso I (TCC I), TCC II e TCC III, a partir da relevância das produções para o desenvolvimento da temática, priorizando autores que discutem a educação sob uma perspectiva crítica e social.

A pesquisa também possui caráter documental, uma vez que utilizou como principal documento de análise o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, Subsequente ao Ensino Médio, do IFRR, *Campus* Boa Vista Zona Oeste. A análise documental foi importante para compreender como a permanência estudantil aparece no planejamento institucional do curso e de que maneira as políticas institucionais buscam enfrentar questões relacionadas à evasão escolar e às dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

De acordo com André (2013), a análise documental possibilita identificar concepções, diretrizes e práticas presentes nos documentos institucionais, permitindo ao pesquisador compreender como determinadas políticas e ações são estruturadas no âmbito das instituições educacionais. Dessa forma, a utilização do PPC como documento central da pesquisa permitiu identificar tanto os avanços quanto as limitações das estratégias institucionais voltadas à permanência estudantil.

O Projeto Pedagógico do Curso foi escolhido por se tratar de um documento que organiza e orienta as ações pedagógicas, administrativas e institucionais relacionadas ao funcionamento do curso. Além disso, o PPC apresenta elementos importantes relacionados aos objetivos da formação profissional, às políticas de assistência estudantil, ao acompanhamento pedagógico e às ações de combate à evasão, tornando-se fundamental para a análise proposta neste trabalho.

Outro aspecto importante da metodologia refere-se à definição das categorias de análise utilizadas na pesquisa. Para melhor organização dos dados, foram estabelecidas categorias relacionadas à permanência estudantil. Segundo Laurence Bardin (2016), a categorização constitui uma etapa fundamental da análise de conteúdo, pois permite organizar, sistematizar e interpretar os dados de forma objetiva e significativa. Para a autora, as categorias possibilitam agrupar elementos com características comuns, favorecendo a compreensão e a

interpretação das informações analisadas. Nesse sentido, as categorias definidas nesta pesquisa contribuíram para a sistematização da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), relacionando o conteúdo do documento aos referenciais teóricos discutidos ao longo do estudo.

A organização metodológica ocorreu com base nos pressupostos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), desenvolvida por meio de etapas sistemáticas que possibilitam aprofundar a compreensão e a interpretação dos dados investigados. Assim, a pesquisa foi estruturada em três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na fase de pré-análise, realizou-se o levantamento bibliográfico e documental acerca da temática investigada, contemplando artigos científicos, livros, legislações e documentos institucionais relacionados à permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. Nessa etapa, também foram definidos o corpus da pesquisa, constituído pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), os objetivos da análise e as categorias temáticas que orientaram a investigação.

A fase de exploração do material consistiu na leitura analítica e aprofundada do PPC, buscando identificar, selecionar e categorizar os trechos relacionados às dimensões da permanência e do êxito estudantil previamente definidas. Esse procedimento permitiu organizar as informações de forma sistemática, evidenciando aspectos institucionais, pedagógicos e administrativos presentes no documento.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os dados categorizados foram analisados de forma crítica e articulados aos referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa. Essa etapa possibilitou compreender como as estratégias e ações previstas no PPC dialogam com os desafios da permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, bem como identificar potencialidades e limites das políticas institucionais voltadas ao acompanhamento e ao êxito dos estudantes.

A análise dos dados foi realizada sob uma perspectiva interpretativa e crítica, considerando que os documentos institucionais não podem ser compreendidos apenas em sua dimensão formal. Nessa perspectiva, entendeu-se que a permanência estudantil constitui um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores institucionais, sociais, econômicos, culturais e pedagógicos que permeiam o processo educativo.

Assim, a metodologia adotada permitiu analisar os desafios relacionados à permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando a importância do fortalecimento das políticas de permanência e êxito e da atuação da gestão escolar na construção de ações integradas voltadas à redução das desigualdades sociais e educacionais.

A próxima seção apresenta a análise e discussão dos dados obtidos a partir do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Os dados, obtidos a partir do Projeto Pedagógico do Curso Técnico, Subsequente, em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), *Campus* Boa Vista Zona Oeste apresentam um alinhamento consistente entre o referencial teórico e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A coerência entre teoria e PPC não se apresenta apenas como virtude, mas também como ponto de partida para problematizar as condições concretas que podem comprometer sua efetividade.

A concepção institucional do Instituto Federal de Roraima (IFRR) entende a permanência estudantil como direito educacional e política articulada, garantindo acesso e êxito por meio do Plano de Permanência e Êxito (2019). Essa perspectiva está em consonância com Brasil (2014) e Pacheco (2011), que defendem a permanência como política pública.

Quadro 2- Análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do IFRR, *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

CATEGORIA	REFERENCIAL TEÓRICO / LITERATURA	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFRR, CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
Concepção institucional	A permanência deve ser compreendida como direito educacional e política institucional articulada (BRASIL, 2014; PACHECO, 2011).	O estudante além de contar com a estrutura e normas disponíveis para realização do curso dispõe ainda de ações previstas no Plano de Permanência e Êxito do IFRR que visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade (p. 10). Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (p. 08). [...] os profissionais formados no Curso Técnico em Administração poderão atuar em instituições públicas ou privadas que demandem profissionais da área (p. 10)
Objetivos do curso	A EPT deve articular formação profissional, trabalho, ciência, cultura e formação integral (RAMOS, 2014).	Formar profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar na administração de organizações públicas e privadas ou como gestor de seu próprio negócio, com capacidade de executar processos e rotinas administrativas, além de avaliar e auxiliar na tomada de decisões (p. 8-9). [...] o estudante regularmente matriculado no Curso poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em outra Instituição de Ensino, caracterizadas como Intercampi no IFRR; Mobilidade Acadêmica Nacional e Mobilidade Acadêmica Internacional (p. 10).

Assistência estudantil	A assistência estudantil é condição material para permanência e redução de desigualdades (BRASIL, 2014; COELHO; GARCIA, 2019).	O estudante além de contar com a estrutura e normas disponíveis para realização do curso dispõe ainda de ações previstas no Plano de Permanência e Êxito do IFRR que visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade. (RORAIMA, 2019, p. 10). [...] política de assistência ao estudante que contempla, de acordo com a possibilidade orçamentária do Campus, os Auxílios: Alimentação; Transporte; Material Escolar; e Eventos Estudantis. O Campus ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa, monitoria e extensão comunitária (p. 10). Visa acompanhar a vida profissional dos egressos por meio de cadastros, de modo a manter a comunicação e promover eventos, atividades, intercâmbio e oferecer oportunidades acadêmicas e profissionais (p.11).
Apoio pedagógico	O apoio pedagógico contínuo é essencial para enfrentar dificuldades de aprendizagem e prevenir evasão (DORE; LÜSCHER, 2011; GARCIA; SPESSATTO, 2020).	[...] é incentivada a participação dos estudantes nessas atividades. As AACC's objetivam enriquecer o aprendizado, proporcionando novas visões sobre temas vistos em sala de aula, assim como, conhecimentos complementares e suplementares (p. 35). A prática profissional ocorrerá de forma integrada, contextualizada e inter-relacionando os saberes apreendidos. Terá a pesquisa como princípio pedagógico, mantendo-se a relação pesquisa-ensino-extensão (RORAIMA, 2019, p. 34). [...] deve assegurar de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas. (p. 39). [...] intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais (p. 42-43).
Acompanhamento acadêmico	O acompanhamento acadêmico deve ser diagnóstico, preventivo e articulado entre docentes, coordenação e setor pedagógico (BRASIL, 2014).	As práticas interdisciplinares poderão ser desenvolvidas por meio de atividades previstas no plano de ensino ou em formato de projetos integradores, fundamentados na articulação teoria-prática, e no trabalho como princípio educativo, ou seja, na perspectiva de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão possam ser planejadas e executadas, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional (p. 35-35). O Coordenador de Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas) (p. 40). Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da Coordenação de Apoio ao Ensino e Aprendizagem – CODAEA (p. 40). A CODAEA é uma coordenação que trabalha

		oferecendo serviços para possibilitar a permanência e êxito dos discentes ao longo do curso e para atuar: a) no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres; b) na implementação das políticas de assistência ao estudante; (p. 40).
Inclusão digital	A cultura digital e o letramento digital são dimensões da permanência, especialmente em contextos de desigualdade tecnológica (BIANCHESSI, 2020; BOERES, 2018; PENHA; ALMEIDA, 2020).	"Informática Básica" e "ferramentas da informática básica como suporte às operações organizacionais" (p. 9, 15). [...] operar sistemas de informações gerenciais utilizando ferramentas da informática básica como suporte às operações organizacionais (p. 9). A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio a inclusão social. (p. 42).

Fonte: Elaboração própria do autor (2026).

Os objetivos do curso seguem a perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e articulam trabalho, ciência, cultura e formação integral (Ramos, 2014). O PPC reforça essa diretriz ao propor a formação de profissionais aptos a atuar em organizações públicas e privadas ou gerir seus próprios negócios, com mobilidade acadêmica nacional e internacional, ampliando as possibilidades de atuação dos egressos.

A assistência estudantil se apresenta como condição material para permanência e redução das desigualdades (Brasil, 2014; Coelho; Garcia, 2019). No PPC, ela se concretiza em auxílios como alimentação, transporte, material escolar e eventos estudantis, além de bolsas de pesquisa, monitoria e extensão, evidenciando o compromisso institucional com a inclusão e o apoio ao estudante.

O apoio pedagógico, segundo Dore e Lüschner (2011) e Garcia & Spessatto (2020), é essencial para enfrentar dificuldades de aprendizagem e prevenir evasão. O PPC prevê atividades complementares, atendimentos individualizados, grupos de estudo e práticas integradas que relacionam ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento social e emocional dos discentes.

O acompanhamento acadêmico, conforme Brasil (2014), deve ser diagnóstico, preventivo e articulado. O PPC contempla práticas interdisciplinares e projetos integradores que garantem ao estudante protagonismo na construção do conhecimento. A Coordenação de Apoio ao Ensino e Aprendizagem (CODAEA) implementa políticas de assistência e sensibilizar os discentes sobre seus direitos e deveres.

A inclusão digital, nesse contexto é apontada por Bianchessi (2020) e Boeres (2018) como dimensão fundamental da permanência, especialmente em contextos de desigualdade tecnológica. O PPC incorpora disciplinas de informática básica e uso de ferramentas digitais, reforçando a educação como direito universal e a necessidade de institutos inclusivos que

promovam redes de apoio à inclusão social.

Os dados demonstram que o IFRR articula teoria e prática de forma consistente, garantindo que políticas institucionais, objetivos pedagógicos e estratégias de apoio estejam alinhados para assegurar a permanência, o êxito e a formação integral dos estudantes.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada permitiu compreender que a permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica depende da articulação entre políticas institucionais, acompanhamento pedagógico, assistência estudantil e inclusão digital. A partir da pesquisa bibliográfica e documental foi possível compreender que a permanência estudantil envolve múltiplas dimensões, incluindo aspectos pedagógicos, institucionais, sociais e tecnológicos. Os referenciais teóricos analisados demonstraram que a permanência e o êxito estudantil dependem da articulação entre políticas de assistência estudantil, acompanhamento acadêmico, apoio pedagógico, inclusão digital e ações institucionais voltadas ao acolhimento e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – Campus Boa Vista Zona Oeste, evidenciou que o documento contempla diferentes estratégias relacionadas à permanência estudantil, apresentando ações voltadas à assistência estudantil, ao acompanhamento pedagógico, à inclusão digital, ao apoio acadêmico e à integração entre ensino, pesquisa e extensão. Observou-se, ainda, que essas ações se encontram alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica e às diretrizes institucionais do IFRR, especialmente no que se refere à promoção da formação integral dos estudantes.

Os resultados demonstraram coerência entre os referenciais teóricos discutidos ao longo da pesquisa e as estratégias previstas no PPC, evidenciando que a instituição compreende a permanência estudantil como elemento fundamental para a garantia do direito à educação e para a promoção do êxito acadêmico. Nesse sentido, verificou-se que o documento analisado apresenta mecanismos que favorecem o acompanhamento dos estudantes e a construção de condições institucionais voltadas à redução das dificuldades que podem comprometer a trajetória acadêmica.

Além disso, a pesquisa permitiu reconhecer a importância do Projeto Pedagógico de Curso como instrumento orientador das ações institucionais, constituindo-se como um documento estratégico para a organização das práticas pedagógicas, administrativas e de apoio ao estudante. Ao explicitar objetivos, diretrizes e mecanismos de acompanhamento, o PPC contribui para a consolidação de políticas voltadas à permanência e ao êxito estudantil.

Por fim, conclui-se que o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, na forma subsequente, do IFRR – *Campus* Boa Vista Zona Oeste evidencia estratégias institucionais consistentes de permanência estudantil, articulando ações de apoio acadêmico, assistência estudantil, inclusão digital e acompanhamento pedagógico. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o fortalecimento das discussões sobre permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica e subsidiar futuras reflexões acerca das políticas institucionais voltadas à garantia do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes.

6 PLANO DE AÇÃO

6.1 Fundamentação do Plano de Intervenção

A análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – *Campus* Boa Vista Zona Oeste, evidenciou que as políticas institucionais, os objetivos pedagógicos e as estratégias de apoio ao estudante encontram-se articulados de forma consistente, contribuindo para a construção de um ambiente formativo alinhado aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Os dados demonstram que o curso contempla ações relacionadas ao acompanhamento acadêmico, ao apoio pedagógico, à assistência estudantil e à integração entre teoria e prática, favorecendo a permanência e o êxito dos estudantes.

Nesse contexto, o presente Plano de Ação tem como finalidade propor estratégias voltadas à manutenção, ao fortalecimento e ao monitoramento contínuo das ações já desenvolvidas, assegurando a continuidade dos resultados positivos identificados na análise documental.

6. 2 Objetivo

Fortalecer e monitorar continuamente as estratégias institucionais de permanência e êxito estudantil previstas no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) - *Campus* Boa Vista Zona Oeste, assegurando a manutenção da articulação entre políticas institucionais, objetivos pedagógicos e ações de apoio aos estudantes.

6.3 Plano Operacional das Ações

Ação	Atividades	Responsáveis	Prazo	Recursos Necessários
Monitorar as ações de permanência estudantil previstas no PPC	Realizar reuniões semestrais para avaliar a execução das ações previstas no PPC; analisar indicadores acadêmicos e registrar encaminhamentos.	Coordenação do Curso, Setor Pedagógico e NAPNE	Semestral	Relatórios acadêmicos, sistema SUAP e registros institucionais
Fortalecer o acompanhamento pedagógico dos estudantes	Manter ações de recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados e orientação acadêmica aos estudantes com dificuldades.	Docentes e Setor Pedagógico	Contínuo	Horários de atendimento, materiais didáticos e espaços institucionais
Consolidar a articulação entre teoria e prática	Incentivar projetos integradores, atividades práticas, visitas técnicas e participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Coordenação do Curso e Docentes	Contínuo	Laboratórios, equipamentos, recursos institucionais e parcerias
Monitorar das ações de assistência estudantil	Divulgar programas de auxílio estudantil e acompanhar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	Assistência Estudantil e Coordenação do Curso	Contínuo	Editais, formulários e equipe técnica

Fonte: Elaboração própria do autor (2026).

6.4 Resultados Esperados

Assim, espera-se manter a efetividade da articulação entre a gestão escolar, os docentes e os setores de assistência estudantil, promovendo um fluxo de comunicação eficiente e favorecendo o acompanhamento sistemático dos estudantes ao longo de sua trajetória formativa. Essa integração mostra-se fundamental para a identificação precoce de situações de vulnerabilidade acadêmica e social, possibilitando intervenções mais efetivas e encaminhamentos adequados às necessidades dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Educação & Contemporaneidade (ou revista FAEEBA), v. 22, n. 40, p. 95–104, jul./dez. 2013.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel. **Reconstruir o Estado de Direitos**. Reinventar outra gestão do direito à outra educação. Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 39, n. 01 e 134291 – 2023. DOI 10.21573/vol39n12023.134291.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura digital**: novas relações pedagógicas para aprender e

ensinar. Curitiba: Bagai, 2020.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: SETEC/MEC, 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 17 jul. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Viamão. **Projeto pedagógico do curso técnico em administração subsequente ao ensino médio.** Janeiro, 2016. Disponível em: https://ifrs.edu.br/viamao/wp-content/uploads/sites/11/2019/01/PPC-ADM.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2026.

CARVALHO, Márcio Porto; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. **Educação profissional e tecnológica no brasil e no rio grande do sul:** fundamentos históricos, competências e trabalho como princípio educativo. Em SciELO Preprints. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.13382. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/13382. Acesso em: 31 maio. 2026.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. **Direito à educação**: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (org.). Processos de transformação do mundo do trabalho. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

CUNHA, Fabrício William de; LIMA FILHO, Adalberon Moreira de. Revisão bibliográfica das pesquisas sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Revista Labor,** Fortaleza, v. 2, n. 26, p. 56-68, jul./dez. 2021.

DORE, Rosemary; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Insucesso, fracasso, abandono, evasão:** um debate multifacetado. In: CUNHA, Daisy Moreira et al. (org.). Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerai**s. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789,

set./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Márcia Garcia de; MACHADO, Alex Roberto. A busca ativa escolar: estratégias e desafios nas escolas estaduais do Espírito Santo. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v.12, 2024. ISSN 2178-6925.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT.** Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020.

GRABOWSKI, Gabriel. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica** [recurso eletrônico] / Gabriel Grabowski. Dados eletrônicos (1 arquivo: 470 kilobytes). Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 6). ISBN 978-85-8299-032-2.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Projeto **Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio. Boa Vista**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Boa Vista Zona Oeste, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR). **Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR**. Anexo da Resolução n. 477/Conselho Superior, de 30 de outubro de 2019. Boa Vista, RR: IFRR, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.

MARTINS, Izabella Cavalcante (Coord.). EPT em tecnologia: avanços e desafios na implementação de currículos. São Paulo: CIEB, 2024. Livro eletrônico (PDF). **EPT em tecnologia [livro eletrônico]:** avanços e desafios na implementação de currículos / coordenação Izabella Cavalcante Martins. São Paulo: CIEB, 2024.

MONTEIRO, Daniela de Cássia da Silva; SERRA, Jane Piton. Evasão nos cursos técnicos da rede federal de educação profissional e tecnológica: uma análise à luz dos dados da plataforma Nilo Peçanha. **EPT em Revista Educação Profissional e Tecnológica**. Volume 8 / Número 2 / Ano 2024 – p. 31-44. DOI: https://doi.org/10.36524/profept.v8i2.1523.

NEVES, Juliana de Andrade Boel; CARNEIRO, Suzana de Oliveira; KOHLS-SANTOS, Pricila. **Permanência Estudantil e Tecnologias Digitais:** o que dizem os professores. Permanência estudantil perspectivas emergentes / Pricila Kohls-Santos, Patricia Estrada Mejía (organizadoras) – Curitiba: CRV: 2023. 216 p. (Coleção Permanência Estudantil, Volume II).

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação profissional no Brasil**: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e a educação integral [recurso eletrônico] / Claudino Ortigara. - 2. ed. - Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2021. 113 p.: il.; PDF; 1587 KB.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana; Editora Moderna, 2011.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIOS, Beatriz. **A evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica**: uma revisão bibliográfica. Beatriz Rios. Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte. IFRO, Porto Velho, 2026. 14f.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Gabriely dos; SILVA, Gisele Alves da; COSTA, Jennifer da Silva Meira; NETO, Luis Jovino dos Santos; SILVA, Maria Isabella de Souza da; SOARES, Natália Rocha. **Gestão escolar na prevenção da evasão no ensino médio:** um estudo de caso. Leme/SP. Trabalho de Conclusão de Curso Técnico em Administração da Etec título de técnico em Administração. 2025.

SILVA, José Augusto Souza Gomes da; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. O papel da educação profissional e tecnológica na formação para o mercado de trabalho no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE**. São Paulo, v. 10, n. 11, nov. 2024. ISSN: 2675-3375.

STOCKMANN, Eduarda; SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. Os desafios e impactos da inserção de tecnologias digitais na educação: uma análise sob a perspectiva docente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação— REASE**. São Paulo, v. 11, n. 2, fev. 2025. ISSN: 2675-3375. doi.org/10.51891/rease.v11i2.18187.

YABE, Márcio; PRADO, Edna Cristina do; COSTA, Maria Cledilma Ferreira da Silva. **Estratégias institucionais para permanência e êxito dos alunos de graduação do Instituto Federal de Alagoas**. 9ª Conferência FORGES, UnB, IFB. Brasília, 20 a 22 de novembro de 2019.